

# Audiência pública na Alesp expôs a crise de financiamento das estaduais paulistas

*A poucos dias da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, cresce a mobilização por mais recursos. Representantes sindicais e estudantis denunciaram o desmonte, o arrocho e a repressão*

**Fórum agenda novo ato unificado para 29/6, dia em que se discute o relatório da LDO/2017 e que pode haver a votação final em plenário**

A audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), nesta quinta-feira, 23/6, cumpriu seu papel. Organizado pela Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo, o evento teve como tema central o financiamento destas instituições e a necessidade de aprovar avanços na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2017), que está em vias de votação naquela casa.

Conduzida pelos deputados Carlos Neder (PT-SP) e Carlos Giannazi (PSOL-SP), respectivamente coordenador e vice-coordenador da Frente, a mesa contou com a presença do reitor da Unesp, Julio Cezar Durigan, e do vice-reitor da Unicamp, Álvaro Penteado Crósta. Não compareceu nenhum representante da reitoria da USP, nem da superintendência do Centro Paula Souza, o que foi duramente criticado pelos coordenadores da Frente.

O Fórum das Seis compôs a mesa com João da Costa Chaves Júnior (Adunesp), João Carlos Camargo de Oliveira (Sintunesp), César Minto (Adusp), Paulo Centoducatte (Adunicamp), Marcílio Ventura (STU) e Denise Rikala (Sinteps). Também teve assento à mesa a estudante Carolina Fernandes, do comando de greve do campus da Unesp de Araraquara.

Os representantes das reitorias presentes foram os primeiros a falar. Durigan e Crósta afirmaram que o atual repasse às universidades (9,57% do ICMS-Quota Parte do Estado) é insuficiente para contemplar o crescimento que as instituições tiveram nos últi-

mos anos, comprometendo itens importantes, como a permanência estudantil. Eles também destacaram que a aplicação do subteto salarial – que corta os salários naquilo que superar os vencimentos do governador Geraldo Alckmin, atualmente na casa de R\$ 21 mil – é um problema. A reivindicação é que a política do teto no estado de São Paulo siga o que é válido na maioria dos estados e no âmbito federal, que têm como parâmetro o salário de um desembargador.

Falando em nome do Fórum das Seis, João Chaves lembrou que o cenário paulista está dentro de um contexto nacional de precarização da saúde e da educação. “As propostas em curso no governo federal preveem a diminuição drástica de recursos para estas áreas, o que terá reflexos imediatos nos estados”, explicou, antevendo momentos de maior asfixia financeira das instituições públicas, caso estas políticas se concretizem. Ele citou também a aprovação da nova lei de inovação tecnológica, que introduz “de maneira escancarada a possibilidade de privatização do ensino superior público no país”. Chaves criticou a política de desmonte em curso nas universidades estaduais pau-



listas, que se manifesta no enxugamento de pessoal, descumprimento de acordos celebrados, repressão, corte de direitos, ampliação da terceirização etc. Ele também chamou a atenção para o problema do teto salarial, lembrando que a proposta do Fórum é de fixação deste limite no estado de São Paulo em 90,25% do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, assim como está estabelecido na maioria dos estados. “É uma questão de justiça com os profissionais que dedicaram sua vida exclusivamente à universidade.”

Em relação ao financiamento, Chaves defendeu as propostas do Fórum para as universidades e o conjunto da educação pública, que foram detalhados por Francisco Miraglia, da Adusp, que fez uma apresentação sobre o assunto.

Com o uso de quadros demonstrativos, Miraglia mostrou que houve considerável expansão das universidades estaduais no período de 1995 (ano em que foi fixado o percentual de 9,57% do ICMS-QPE) a 2015; além disso, ocorreu enorme expansão do Centro Paula Souza, ambas sem a devida contrapartida em financiamento por parte de sucessivos governos estaduais. Ele ressaltou, ainda, que o governo não cumpriu seus compromissos (inclusive formais) de ampliar os recursos devido à expansão: para a USP (0,07% do ICMS-QPE, por conta de Lorena), de 0,05% do ICMS-QPE à Unicamp (por conta de Limeira), e para a Unesp.

Lembrando que o pagamento dos aposentados nas universidades também se insere no montante nelas investido, Miraglia pontuou que a crise atual que assola Unesp, Unicamp e USP precisa ser discutida do ponto de vista estrutural e não apenas conjuntural. Destacou que o Fórum vem demonstrando, há muitos anos, que o percentual de recursos destinado às universidades é insuficiente para manter suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Ponderou que as instituições só estão funcionando no mesmo patamar de qualidade que sempre tiveram – com a mesma dotação orçamentária – às custas de um enorme esforço e grande sobrecarga de trabalho da comunidade universitária.

Miraglia expôs as reivindicações históricas do Fórum das Seis: no caso das universidades, ampliação dos

atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE; no caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação, destinação de 3,3% do ICMS-QPE; para o conjunto da educação pública paulista, 33% do total das receitas estaduais. Ele denunciou os descontos indevidos feitos pelo governo ao destinar os 9,57%: antes de repassar o percentual, são retiradas várias alíquotas (Habitação, juros e moras etc.), coisa que não acontece com os 25% do ICMS destinados aos municípios. Com isso, os prejuízos causados às universidades são muito grandes. Para o Fórum das Seis, é fundamental que o texto da LDO inclua a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios.

“Fizemos várias propostas de emendas à LDO/2017, mostrando a disposição de negociação e diálogo que o Fórum das Seis sempre trouxe para o debate na Alesp”, prosseguiu Miraglia, citando emendas de 10% e 10,5 do ICMS-QPE para as universidades. Ressalte-se que também há emendas com o teor da proposta defendida pelos reitores (9,907% do ICMS-QPE). Para o Centro Paula Souza, além da emenda apresentada pelo F6 (3,3% do ICMS-QPE), há outras que propõem 2,1% e 2% do ICMS-QPE.

Dirigindo-se aos deputados que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP), responsáveis por definir o relatório final da LDO/2017 que irá à votação em plenário, Miraglia reafirmou que é preciso sensibilidade diante dos problemas da educação pública no estado. “Destruir as universidades estaduais paulistas agora, esse imenso patrimônio científico e cultural do estado e do país, é um prejuízo que pode levar muitas gerações para ser reparado”, finalizou.

Outros representantes do Fórum usaram a palavra para solicitar a reabertura das negociações por parte do Cruesp, a quebra da isonomia pela Unesp, a repressão policial na USP – com vários episódios de violência da PM contra estudantes nos últimos dias –, a precariedade dos itens de permanência estudantil nas três universidades, especialmente agravada pela aplicação das políticas de inclusão, a necessidade de adoção ampla das cotas sociais e raciais, entre outros.

### Quarta, 29/6, pode ser o dia “D” da LDO

## **Fórum das Seis convoca novo ato estadual para a Alesp**

Na próxima quarta, 29/6, a Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP) da Alesp reúne-se para discutir a LDO/2017. O Fórum das Seis terá espaço para expor e defender suas propostas. Desta reunião, é provável que saia o relatório final da LDO, inclusive com possibilidade de ir à votação em plenário no mesmo dia.

É um dia crucial na nossa luta por mais recursos para ensino, pesquisa, extensão, permanência estudantil, salários, contratações. Por isso, o Fórum convoca novo ato estadual para este dia. A partir das 13 horas, vamos nos concentrar na Alesp e mostrar a força do nosso movimento. As entidades devem organizar suas caravanas e informar a coordenação do Fórum sobre previsão de participantes até segunda-feira, 27/6.

O Fórum também orienta a comunidade a pressionar os deputados em cada região, para que votem pela inclusão das emendas que garantem mais recursos para as universidades, o Centro Paula Souza e o conjunto da educação pública.

**VAMOS À LUTA! A HORA DE DEFENDER MAIS RECURSOS PARA A  
EDUCAÇÃO PÚBLICA É AGORA!**